

# NOVO ANO - NOVAS LUTAS

**FECTRANS** - Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações



O final do ano passado e os primeiros tempos deste ano, são caracterizados com um conjunto de medidas de reposição de direitos dos trabalhadores e respostas a diversas reivindicações sindicais, que animaram a luta durante os últimos anos.

Estes acontecimentos demonstram a razão do apelo que fizemos para que, com a utilização do seu voto, os trabalhadores lutassem por derrotar o PSD/CDS, responsáveis pelo maior ataque aos direitos laborais e sociais desencadeado contra os trabalhadores

Com a constituição de uma nova maioria parlamentar na Assembleia da República, na base

de forças políticas que se comprometeram a inverter a política de austeridade, de destruição dos direitos laborais e sociais e de ataque aos serviços públicos, já foi possível alguns resultados positivos, de que destacamos:

- **A reposição dos salários até Outubro deste ano;**
- **Aumentado o salário mínimo nacional;**
- **A paragem dos processos de privatização/subconcessão da Carris, Metropolitano de Lisboa, STCP e Metro do Porto;**
- **Reposição do direito ao transporte dos trabalhadores do sector e seus familiares, já aplicado no sector ferroviário, embora ainda não na totalidade, processo que está mais atrasado nas outras empresas;**
- **Agendada já a votação na Assembleia da República, para dia 20 de Janeiro, da reposição dos complementos de reforma;**
- **Aprovada na Assembleia da República a reposição dos quatro feriados roubados;**
- **Foi assegurada a redução da sobretaxa de IRS, de forma progressiva para estar eliminada em 2017.**

**NÃO ACABARAM AS RAZÕES DA NOSSA LUTA** - Se é verdade que já registámos respostas importante a reivindicações da luta dos trabalhadores do sector, isso não nos pode levar a concluir que deixou de haver motivos para lutarmos, bem pelo contrário, porque continuamos com muitos problemas por resolver:

- **O processo de privatização da CP-Carga mantém-se, apesar de ser um negócio em que a CP entrega 116 milhões de euros, para receber 2 milhões do privado e que é sustentado na base de um memorando confidencial que aponta para a redução de serviços nas linhas com tracção diesel e por isso, vamos continuar a luta, com nova acção sustentada no pré-aviso de greve no dia 28 de Janeiro;**
- **O Ministro da Tutela afirmou que o modelo da IP – Infraestruturas de Portugal, resultado da fusão da REFER com as Estradas de Portugal, é para testar e para isso vai manter a actual administração e, porque isso não altera o caminho de destruição do caminho de ferro, vamos estar na concentração de dia 20 na estação de Santa Apolónia;**
- **Apesar das declarações do primeiro-ministro relativamente à TAP, o que vamos conhecendo, diariamente, é que o consórcio privado continua a montar o seu modelo de negócio, na base dos seus interesses e não na base do que o país precisa;**
- **Consideramos positiva a intervenção do Ministério do Ambiente, mas, no entanto, os trabalhadores da Carris, da Metropolitano de Lisboa, da Transtejo e da Soflusa continuam confrontados com a denúncia com vista à caducidade dos seus Acordos de Empresa.**

Para receber informação da FECTRANS por email, inscreva-se em [www.fectrans.pt](http://www.fectrans.pt)



## DINAMIZAR A ACÇÃO REIVINDICATIVA

A valorização de medidas que consideramos positivas não nos pode levar a ficar parados perante a falta de respostas a outras reivindicações, porque a concretização das mesmas vai depender da nossa capacidade de mobilização e de intervenção.

À medida que se faz um caminho de resposta à luta dos trabalhadores, os grupos económicos e financeiros e as forças políticas que lhes são afectas, tudo estão a fazer para não perderem privilégios e acentuarem a exploração de quem trabalha e, por isso, **a nossa intervenção e luta é precisa para forçar as decisões no Governo e na Assembleia da República.**

O caminho é a dinamização da acção reivindicativa em todas as empresas e sectores, tendo como objectivos:

***A melhoria dos salários e o alargamento da contratação colectiva ao máximo de empresas e sector;***

***Cumprimento integral dos Acordos de Empresas e Contratos Colectivos de Trabalho;***

***A reposição e pagamento devido das diuturnidades, das progressões na carreira profissional, do pagamento do trabalho extraordinário nos termos da contratação colectiva;***

***Defender e alargar os direitos laborais e sociais;***

***Defender o carácter público do sector;***

***Combater o trabalho precário.***

## INTERVIR NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA DEFESA DOS TRABALHADORES

Nestes últimos anos, os trabalhadores perceberam que não é indiferente para a sua luta, o exercício do cargo de Presidente da República e a vida demonstrou que o actual presidente foi um elemento central do ataque aos direitos dos trabalhadores e às conquistas de Abril.

Neste quadro, Marcelo Rebelo de Sousa, o candidato do PSD e do CDS, para além de ter apoiado o memorando da troika, foi cúmplice activo de um Governo que, em confronto com o texto constitucional, promoveu o corte nos salários e nas pensões; a redução das retribuições e a generalização da precariedade; o brutal aumento dos impostos sobre os rendimentos dos trabalhadores e dos reformados; a facilitação dos despedimentos e a diminuição das indemnizações; o ataque à contratação colectiva, o roubo de feriados e de dias de férias; a intensificação do processo de privatizações e o encerramento de serviços públicos; a redução das verbas do Serviço Nacional de Saúde e da Escola Pública, o condicionamento do acesso dos cidadãos com menores recursos à Justiça; com as consequências dramáticas que daqui resultaram para as condições de vida da maioria da população.

**Dia 24 de Janeiro coloca-se aos trabalhadores a tarefa de, através do seu voto, intervirem para afastar o candidato identificado com a política do PSD/CDS e apoiado por estes partidos, e eleger um presidente identificado com a Constituição e com as conquistas de Abril.**

Por isso, tal como em Outubro passado, os trabalhadores devem tomar em si a definição do seu futuro e, com o voto, lutarem em defesa dos seus interesses e direitos procurando eleger um presidente que se identifique com as reivindicações e aspirações de quem trabalha.

